

# ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO



## Mercado de trabalho

Após ter iniciado o ano alimentando expectativas francamente favoráveis, em função do seu desempenho em 2000 e das boas perspectivas que a economia apresentava naquele momento, o mercado de trabalho não resistiu à mudança do cenário macroeconômico que começou a se delinear no mês de abril e cristalizou-se nos meses seguintes.

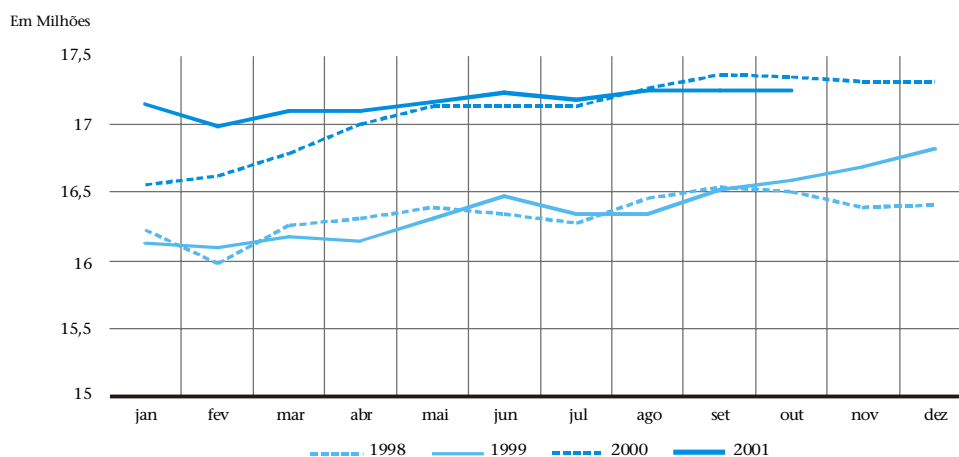
De fato, na esteira do dinamismo iniciado no segundo semestre de 1999, e que prosseguiu ao longo do ano passado, o elevado ritmo da atividade econômica levou a um crescimento do PIB da ordem de 4,5% no primeiro trimestre de 2001 (sobre igual período de 2000), quando passou, então, a ocorrer uma reversão desse quadro: no trimestre seguinte essa taxa recuou para 1,8%, chegando a próximo de zero no terceiro trimestre (cerca de 0,3%).

Dessa forma, o nível de ocupação nas seis maiores regiões metropolitanas, acompa-

nhando a reversão observada nos indicadores da atividade econômica, também apresentou, segundo a PME/IBGE, um quadro de relativa estagnação a partir do mês de junho, particularmente entre agosto e outubro, quando houve uma estabilização do número de postos de trabalho (em torno de 17.260 mil).

Essa trajetória recente da ocupação contrasta fortemente com aquela verificada no ano passado, quando o mercado de trabalho teve o seu melhor desempenho em toda a década. Embora seja imperativo ressaltar que, dado o contexto econômico, a evolução observada neste ano é até superior àquela que chegou a ser temida, o fato concreto é que o mercado encontra-se estagnado ao longo dos últimos meses, a ponto de os níveis observados de agosto a outubro situarem-se mais de meio ponto percentual abaixo dos registrados nos mesmos meses do ano passado (ver Gráfico 1).

GRÁFICO 1  
BRASIL - NÍVEL DE OCUPAÇÃO METROPOLITANO (PME/IBGE) — 1998/2001



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

A desaceleração fez-se sentir de maneira quase uniforme em praticamente todas as dimensões nas quais o mercado de trabalho metropolitano pode ser analisado: nesse sentido, não houve nenhum setor de atividade e nenhuma região ou forma de inserção ocupacional (trabalhadores com e sem carteira, trabalhadores por conta própria) que tenham apresentado um comportamento que se destacasse em relação aos padrões que a ocupação já exibia há 12 meses, seja em termos negativos ou positivos.

Quanto às características pessoais dos trabalhadores — gênero, idade, escolaridade —, apenas nesta última é possível perceber a existência de movimentos diferentes, quando são observadas as diversas faixas, embora tais diferenças também não tragam nenhuma novidade: o decréscimo da ocupação nas duas faixas de menor escolaridade (0 a 4 e 5 a 8 anos de estudo) e o crescimento verificado nas duas superiores (9 a 11 e 12 ou mais), tanto na comparação com o ano passado como aqueles que vêm acontecendo nos últimos dois trimestres, neste ano, são uma continuidade das tendências — pode-se dizer estruturais — de transformação da força de trabalho no Brasil, tendências estas que já vinham se manifestando ao longo de toda a década passada.

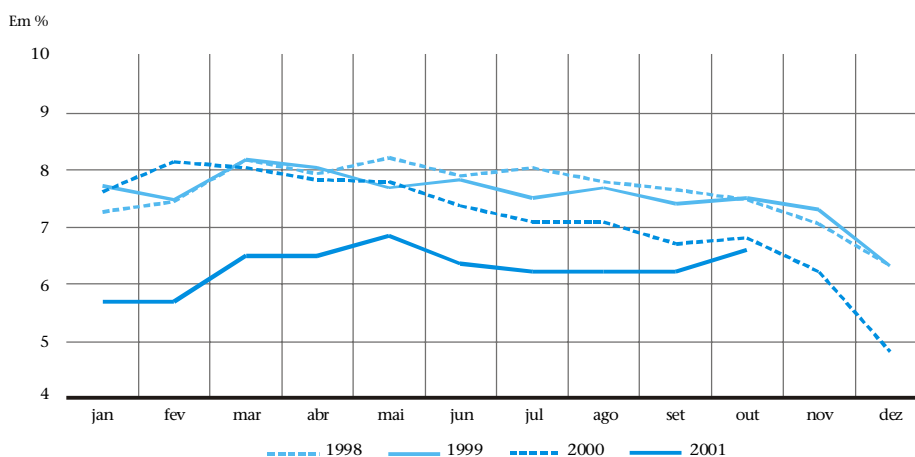
O impacto desse comportamento da ocupação sobre a taxa de desemprego não foi no sentido de provocar uma elevação na mes-

ma, como talvez pudesse ser esperado, uma vez que, simultaneamente, houve um crescimento da inatividade, com uma queda correspondente na taxa de participação. Dessa forma, após ter atingido o maior valor deste ano no mês de maio (6,8%), a taxa de desemprego apresentou um recuo nos meses seguintes, tendo ficado estacionada em 6,2% ao longo de todo o terceiro trimestre.

O motivo para a coexistência de estagnação da ocupação e taxas de desemprego relativamente baixas é o encolhimento da PEA. De fato, em setembro deste ano havia 200 mil pessoas a menos no mercado de trabalho que no mesmo mês no ano passado, apesar do crescimento demográfico da população em idade ativa (PIA). Quanto esse fator é levado em consideração, através da taxa de participação — que caiu de 58,4% para 56,2% no período — a redução da pressão no lado da oferta é ainda mais expressiva pois, caso ela tivesse se mantido no mesmo nível, haveria cerca de 700 mil pessoas a mais no mercado, o que contribuiria para elevar a taxa de desemprego.

Há várias razões pelas quais as pessoas podem se retirar voluntariamente do mercado de trabalho (ou adiar seu ingresso): aposentadoria, permanência ou retorno à escola, desalento e falta de incentivo, gerados pela escassez de oportunidades, são as principais delas. Devido à magnitude da queda, parece bastante provável que os fenômenos associa-

GRÁFICO 2  
BRASIL - TAXA DE DESEMPREGO METROPOLITANO (PME/IBGE) — 1998/2001



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

dos à redução da atratividade do mercado tenham ocorrido em escala apreciável.<sup>1</sup> Resta saber, contudo, por quanto tempo esses fatores permaneceriam contribuindo para atenuar a pressão da oferta e, na ausência de um reaquecimento da demanda, manter a taxa de desemprego em patamares baixos.

Um sinal nessa direção foi dado já em outubro, quando o processo de queda da taxa de participação foi interrompido, tendo havido, ao contrário, um aumento da oferta de mão-de-obra no mercado o que, devido à estagnação da demanda, antes comentada, elevou a taxa de desemprego para 6,6%, ligeiramente abaixo da verificada no mesmo mês do ano passado (6,8%), conforme pode ser observado no Gráfico 2.

A proximidade desses valores não deve esconder, contudo, o fato de serem taxas que dizem respeito a realidades bem diferentes. Embora no final do ano passado a demanda tenha se estabilizado, como também ocorre atualmente, as dinâmicas da oferta subjacentes a essas duas taxas são, contudo, bastante distintas: enquanto em outubro de 2000 a taxa de 6,6% era o resultado de uma estagnação concomitante da oferta, verificada no segundo semestre, após um período prolongado de significativo crescimento (a PEA média dos primeiros oito meses de 2000 foi cerca de 4,2% superior à de igual período em 1999), este ano observa-se um movimento distinto, tendo havido um

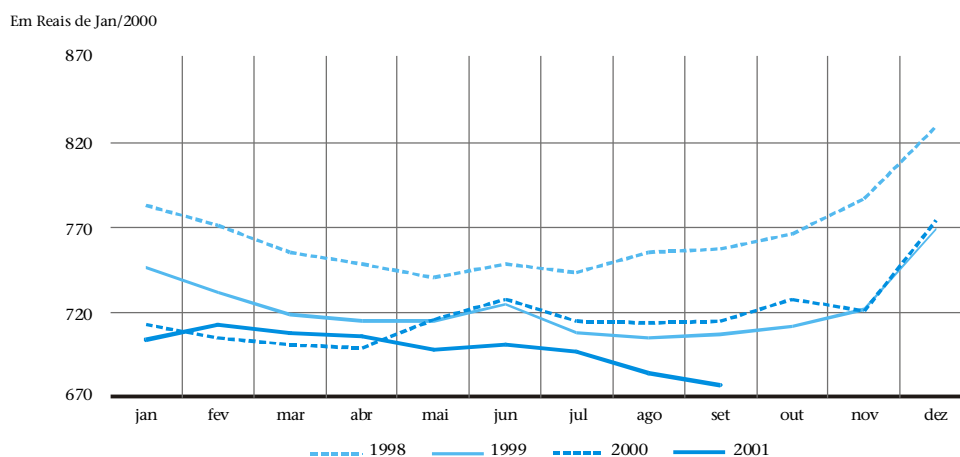
crescimento da oferta em outubro, depois de a PEA média em janeiro/agosto ter-se situado em um patamar inferior ao verificado em 2000 (ver Gráfico 3).

Em outras palavras, o crescimento da oferta em outubro pode ser uma consequência do fato de a taxa de participação não poder declinar indefinidamente, significando — nesse sentido — que talvez estivéssemos atingindo um ponto em que, apesar de uma baixa atratividade do mercado, a oferta estivesse passando a exibir um crescimento decorrente de uma forte pressão demográfica. Se essa possibilidade vier a se concretizar, a única maneira dela não resultar em aumento da taxa de desemprego é, naturalmente, haver uma retomada da ocupação. A melhoria da situação macroeconômica e das expectativas empresariais para o final do ano permite não descartar essa hipótese, embora um tal crescimento do número de postos de trabalho, diga-se de passagem, não seja de se esperar, se olhadas apenas as características sazonais do último bimestre.

Retornando à questão da ocupação, não obstante o comentário anterior de que, de maneira geral, na evolução recente não estaria havendo nenhuma característica que se destacasse em relação aos padrões já pre-

1. Vale destacar, todavia, que, com relação ao desalento, esse fenômeno não foi captado ainda pela PED em São Paulo, e apenas de forma branda em outras metrópoles.

GRÁFICO 3  
BRASIL - RENDA REAL MÉDIA METROPOLITANA (PME/IBGE) — 1998/2001



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.

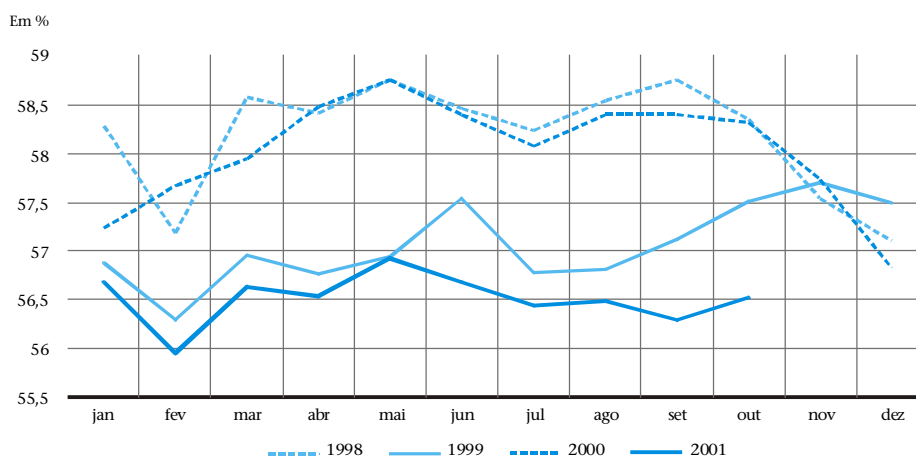
sentes há 12 meses, vale destacar que, no caso das formas de inserção ocupacional dos trabalhadores, isso significa a manutenção do dinamismo relativo do emprego com carteira, o qual, tendo começado a se manifestar em setembro do ano passado, conseguiu manter — ao longo deste ano — um ritmo capaz de provocar uma substancial alteração no grau de formalização do mercado de trabalho (emprego com carteira assinada *vis-à-vis* o total de ocupações).

Na verdade, quando se comparam os meses de outubro de 2000 e 2001, a formalização não só passou de 43,8% para 44,6%, como o emprego com carteira foi o único tipo de inserção no mercado de trabalho a crescer em termos absolutos. Essa constatação se torna mais importante quando se observa que o emprego na indústria, o segmento tradicionalmente mais formalizado, não cresceu nesse período, segundo os dados da PME e da Fiesp.

Quanto ao rendimento médio real, o panorama novamente é desfavorável, sendo esta a dimensão do mercado de trabalho em que as dificuldades do quadro macroeconômico estão se fazendo sentir de forma mais persistente. De fato, a evolução do rendimento médio não chegou a se beneficiar do aquecimento da demanda ocorrido ao longo do ano passado e, este ano, após ter permanecido praticamente estável nos quatro primeiros meses, sofreu em maio uma redução que

acabou por configurar um novo patamar, durante os três meses seguintes, cerca de 1% abaixo do que prevaleceu no primeiro quadrimestre. Em agosto e setembro, sucessivas reduções adicionais trouxeram o rendimento médio real apurado pela PME para um nível cerca de 5,3% inferior ao de setembro do ano passado. Essa queda do rendimento médio real, associada à estagnação do nível da ocupação, fez com que a massa de rendimentos experimentasse uma diminuição de 0,9% em setembro último, acumulando uma contração de 6% em relação a setembro de 2000.

GRÁFICO 4  
BRASIL - TAXA DE PARTICIPAÇÃO METROPOLITANA (PME/IBGE) — 1998/2001



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PME/IBGE.